

**RESOLUÇÃO Nº 143/90**

Dispõe sobre o Regimento Interno da Câmara Municipal de Araxá

A CÂMARA MUNICIPAL DE ARAXÁ, com a Graça de Deus decreta e promulga a seguinte Resolução:

Art. 1º - O funcionamento da Câmara Municipal de Araxá dar-se-á, observada a Lei Orgânica, de acordo com o contido nesta Resolução, ficando revogada a Resolução nº 03/74 e suas posteriores modificações.

Art. 2º - Esta Resolução entra em vigor na data de sua promulgação.

Araxá, 28 de Junho de 1990.

**JOSÉ CINCINATO DE ÁVILA**  
Presidente

**AGNELO GUIMARÃES BORGES**  
Secretário

**REGIMENTO INTERNO DA CÂMARA MUNICIPAL DE ARAXÁ**

## **CAPÍTULO I**

### **COMPOSIÇÃO E SEDE**

Art. 1º - No dia 1º de janeiro do primeiro ano da legislatura, a Câmara Municipal de Araxá, na presença do Juiz de Direito da Comarca ou, na sua falta, na presença do seu substituto legal, reunir-se-á na sede do Município, em reunião solene de instalação.

§ 1º - Esta reunião só terá início com a presença, de no mínimo, da maioria absoluta dos Vereadores eleitos.

§ 2º - Havendo número legal, o Vereador mais votado assumirá a Presidência da Reunião, nomeando um secretário e, no ato de sua posse, prestará o seguinte compromisso:

“Prometo exercer meu cargo sob a inspiração do bem comum, manter, defender, cumprir e fazer cumprir a lei, notadamente a Constituição da República, a do Estado de Minas Gerais e a Lei Orgânica do Município de Araxá, empenhar-me em que se editem leis justas, e trabalhar pelo fortalecimento do Município, com a prevalência dos valores morais e do bem-estar da comunidade.”

§ 3º - Prestado o compromisso pelo Presidente, o Secretário fará a chamada nominal de cada Vereador, que declarará:

“Assim o prometo”

Art. 2º - No ato da posse, os Vereadores deverão apresentar, sob pena de responsabilidade, declaração de seus bens, repetida quando do término do mandato, em cartório de títulos e documentos.

Art. 3º - O Vereador que não tomar posse como previsto no artigo antecedente, deverá fazê-lo perante o Presidente da Câmara, dentro dos dez dias subsequentes, prazo que, em face de relevantes razões, poderá ser pela Câmara prorrogado por, no máximo, outros dez dias.

Art. 4º - Da sessão de instalação lavrar-se-á Ata em três vias, sendo uma no livro próprio e as outras em papel avulso, que serão encaminhadas à Secretaria do Estado de Interior e Justiça e ao Juiz Eleitoral da Comarca.

Art. 5º - A Câmara se reunirá, ordinariamente, na sede do Município, independentemente de convocação, de 1º de fevereiro a trinta de junho e 1º de agosto a 31 de dezembro, em sessão legislativa anual.

§ 1º - As reuniões previstas para as datas fixadas neste artigo serão transferidas para o primeiro dia útil subsequente, quando recaírem em feriado.

§ 2º - A sessão legislativa ordinária não será interrompida sem a aprovação da lei de diretrizes orçamentárias e das propostas orçamentárias.

§ 3º - As reuniões regimentalmente previstas são preparatórias e ordinárias; as demais, extraordinárias, podendo ser solenes, para comemoração e homenagens.

§ 4º - Em circunstâncias excepcionais, que impossibilitem o funcionamento da Câmara, ou por motivo de conveniência pública, em qualquer caso de deliberação da maioria de seus membros, poderá a Câmara reunir-se, temporariamente, em outro local do Município.

§ 5º - A Câmara reunir-se-á, extraordinariamente, quando para este fim convocada, mediante prévia declaração do motivo:

- a) por seu Presidente;
- b) pelo Prefeito;
- c) por iniciativa da maioria dos Vereadores.

## **CAPÍTULO II**

### **DA MESA**

Art. 6º - Imediatamente após a posse a que se refere o artigo 1º deste Regimento Interno, os Vereadores reunir-se-ão, ainda sob a Presidência do mais votado, e elegerão os componentes da Mesa Diretora, formada pelo Presidente, Vice-Presidente, Primeiro e Segundo Secretários, que ficarão automaticamente empossados e se substituirão nesta ordem.

Art. 7º - Considerar-se-á eleito o candidato a qualquer dos cargos da Mesa que obtiver o voto da maioria absoluta.

Parágrafo Único - Se o candidato a qualquer dos cargos da Mesa não obtiver o voto da maioria absoluta, será realizado segundo escrutínio, caso em que considerar-se-á eleito aquele que contar o maior número de votos.

~~Art. 8º - O mandato da Mesa Diretora será de um ano, vedada a recondução para o mesmo cargo, na eleição imediatamente subsequente, salvo no caso de exercício da Presidência, em substituição, por período, contínuo ou não, inferior a um terço da duração do mandato.~~

~~Art. 8º - O mandato da Mesa Diretora será de um ano, permitindo-se a reeleição para o mesmo cargo por uma única vez. **(Redação dada pela Resolução 294-A, de 07 de novembro de 2000)**~~

Art. 8º - O mandato da Mesa Diretora será de dois anos, vedada a recondução para o mesmo cargo, na eleição imediatamente subsequente, salvo no caso de exercício da Presidência, em substituição, por período, contínuo ou não, inferior a um terço da duração do mandato. **(Redação dada pela Emenda a Lei Orgânica nº 03, de 17 de abril de 2001).**

Art. 9º - A eleição para a renovação da Mesa será realizada obrigatoriamente em reunião ordinária do último mês da sessão legislativa, empossando-se os eleitos no dia 1º de janeiro seguinte.

Art. 10º - Na composição da Mesa Diretora, será assegurada, tanto quanto possível, a representação proporcional dos partidos ou dos blocos parlamentares que

participam da Câmara.

Art. 11 - Em caso de renúncia parcial ou total da Mesa, proceder-se-á nova eleição, assumindo a Presidência para este fim o Vereador mais votado, se a renúncia for total ou o Vice-Presidente se a renúncia for parcial e o Presidente um dos renunciantes.

Art. 12 - Para a eleição da Mesa serão convidados os Vereadores a votar, depositando cada um , na urna quatro cédulas: um para Presidente, outra para Vice-Presidente e outras para 1º e 2º Secretários.

Art. 13 - Na ausência eventual dos Secretários da Mesa, o Presidente designará um dos Vereadores presentes para exercer estas funções.

Art. 14 - A Mesa compete assinar as proposições aprovadas pela Câmara e destinadas à sanção, bem como dirigir todos os seus trabalhos.

Art. 15 - Não se achando presente os membros da Mesa, o Vereador mais idoso assumirá a Presidência.

Art. 16 - Qualquer dos membros da Mesa Diretora poderá ser destituído pelo voto da maioria dos membros da Câmara, nos casos do art. 33 da Lei Orgânica e ainda nos de ineficácia, omissão, ilegalidade ou abuso do poder, no desempenho de suas funções.

Art. 17 - Compete privativamente à Mesa Diretora, entre outras atribuições:

I - propor projetos de lei que versem sobre:

a) a criação, transformação e extinção dos cargos ou funções públicas dos serviços da Secretaria da Câmara, bem como fixar a remuneração, observados os parâmetros da lei de diretrizes orçamentárias, o regime jurídico único e o plano de carreira dos servidores da Câmara Municipal;

b) abertura de créditos especiais, com a indicação dos respectivos recursos;

II - propor projetos da Resolução que versem sobre:

a) a organização administrativa dos serviços da Secretaria da Câmara;

b) o Regimento Interno da Câmara e suas modificações;

c) a remuneração do Vereador, Prefeito e Vice-Prefeito, nos termos do art. 35 da Lei Orgânica.

d) a autorização para o Prefeito ausentar-se do Município, e o Vice-Prefeito do Estado, quando a ausência exceder a quinze dias;

e) a mudança temporária do local de reunião da Câmara.

III - elaborar e encaminhar ao Prefeito, observada a lei de diretrizes orçamentárias, a previsão de despesas do Poder Legislativo, a ser incluída nas propostas orçamentárias do Município, e fazer a discriminação analítica das dotações do orçamento da Câmara, bem como alterá-las, nos limites autorizados;

IV - aprovar crédito suplementar, mediante a anulação parcial ou total de dotações da Câmara, ou solicitar tais recursos ao Poder Executivo;

V - devolver ao órgão de tesouraria da Prefeitura o saldo de caixa não utilizado até o final do exercício;

VI - assegurar aos Vereadores, às Comissões e ao Plenário, no desempenho de suas atribuições, os recursos materiais e técnicos previstos em sua organização administrativa;

VII - solicitar a intervenção no Município, nos casos admitidos pela Constituição.

Parágrafo Único - Compete ainda à Mesa da Câmara propor ação direta de inconstitucionalidade de Lei ou Ato Normativo.

## **SESSÃO I**

### **DO PRESIDENTE DA CÂMARA**

Art. 18 - O Presidente dirige os trabalhos da Câmara, e representa esta em seus pronunciamentos coletivos, nos termos deste Regimento.

Art. 19 - Compete ao Presidente, entre outras atribuições:

I - representar a Câmara, em juízo ou fora dele;

II - interpretar e fazer cumprir o Regimento Interno;

III - dirigir a Câmara e superintender sua Secretaria;

IV - promulgar as Resoluções da Câmara;

V - promulgar como leis os projetos com sanção tácita ou cujo veto tenha sido rejeitado pela Câmara;

VI - declarar a extinção de mandato de Vereador (§ 8º do art. 33 - da Lei Orgânica) ou do mandato do Prefeito ou Vice-Prefeito (art. 75 - da Lei Orgânica).

VII - impugnar as proposições que lhe pareçam contrárias à Constituição, a Lei Orgânica e ao Regimento, ressalvado ao autor recurso para o Plenário;

VIII - dar posse aos Vereadores e convocar o suplente;

IX - praticar os atos de administração do pessoal da Câmara, incluídos os de nomear, exonerar, aposentar, conceder licença e promover, ouvidos os demais integrantes da Mesa Diretora;

X - ordenar as despesas de administração da Câmara;

XI - requisitar recursos financeiros para as despesas da Câmara, nos termos do art. 67, XXVI - da Lei Orgânica;



XII - manter a ordem no recinto da Câmara, podendo solicitar o auxílio da Polícia Militar;

XIII - apresentar ao Tribunal de Contas as contas da Mesa Diretora, relativas a cada exercício.

XIV - criar comissão especial temporária, atribuindo-lhe os seus objetivos.

Art. 20 - em caso de empate nas deliberações da Câmara, o Presidente terá direito ao voto de qualidade, e nas eleições e escrutínios secretos, terá apenas direito de voto simples.

## **SESSÃO II**

### ***DO VICE-PRESIDENTE***

Art. 21 - Não se achando o Presidente no recinto à hora regimental de início dos trabalhos, o Vice-Presidente o substituirá, cedendo-lhe, entretanto, o lugar, à sua chegada.

Parágrafo Único - O Vice-Presidente, ou em sua falta, o Secretário assumirá a direção dos trabalhos em Plenário, quando o Presidente ocupar a Tribuna da Câmara.

## **SESSÃO III**

### ***DOS SECRETÁRIOS***

Art. 22 - São atribuições dos Secretários:

I - proceder à chamada dos Vereadores no início das Reuniões;

II - ler os ofícios dirigidos à Câmara e quaisquer outros papéis presentes na Mesa;

III - redigir e assinar as atas da Reunião;

IV - fazer recolher e guardar em boa ordem os projetos e suas emendas, indicações, requerimentos, moções e pareceres das comissões, para o fim de serem apresentadas, quando necessário;

V - Tomar nota das observações e reclamações que sobre a Ata forem feitas;

VI - contar e registrar os votos nas deliberações da Câmara.

## **CAPÍTULO III**

### ***DOS VEREADORES***

Art. 23 - Observado Os artigos 28 e 35 da Lei Orgânica, compete ao Vereador:

I - Não se eximir de trabalho algum relativo ao desempenho do mandato

salvo motivo justo que será submetido à consideração da Mesa;

II - dar nos prazos legais as informações e pareceres de que forem incumbidos;

III - propor à Câmara, por escrito, devidamente fundamentadas, todas as medidas que julgar convenientes ao Município.

IV - comunicar à Mesa o justo motivo que tiverem para deixar de comparecer às reuniões;

V - tratar com a devida consideração e acatamento a Mesa e os demais membros da Câmara.

#### **CAPÍTULO IV**

#### **DAS REUNIÕES**

Art. 24 - As reuniões da Câmara, observado o § 4º do art. 5º deste Regimento Interno, realizar-se-ão obrigatoriamente no edifício destinado ao seu funcionamento.

Art. 25 - As reuniões de que trata o artigo anterior serão preparatórias, ordinárias e extraordinárias.

§ 1º - as reuniões preparatórias são aquelas destinadas à posse dos Vereadores, dos membros da Mesa da Câmara e à Constituição das comissões permanentes que servirão na sessão legislativa.

§ 2º - as reuniões ordinárias são aquelas realizadas no período compreendido entre 1º de fevereiro a 30 de junho e 1º de agosto a 31 de dezembro, nos dias e horários estabelecidos nos artigos 26 e 29 deste Regimento.

§ 3º - as reuniões extraordinárias são aquelas realizadas em dia ou horário que não aquele previsto nos § 1º e 2º deste artigo.

~~Art. 26 — As reuniões ordinárias serão realizadas semanalmente às terças-feiras, com início às 20:00 horas e terão uma duração de até 4 horas, salvo o disposto neste artigo.~~

~~Art. 26 — As reuniões ordinárias serão realizadas semanalmente às terças-feiras, com início às 20:30 horas e terão uma duração de até 4 horas, salvo o disposto neste artigo. **(Redação dada pela Resolução nº 155, de 05 de abril de 1991)**~~

Art. 26 - As reuniões ordinárias serão realizadas semanalmente às terças-feiras, com início às 20:00 horas e terão uma duração de até 4 horas, salvo o disposto neste artigo. **(Redação dada pela Resolução nº 246, de 10 de junho de 1997).**

§ 1º - havendo necessidade e desde que solicitado por qualquer Vereador, mediante aprovação do Plenário, a reunião poderá prorrogar-se por mais 1(uma) hora.

§ 2º - A prorrogação de que trata o § 1º deste artigo só se dará com o voto favorável da maioria absoluta dos membros da Câmara.

§ 3º - ocorrendo motivo de força maior e desde que requerido por qualquer Vereador, e aprovado pela maioria absoluta dos Vereadores a reunião poderá ter mais dilatado o prazo de sua prorrogação.

§ 4º - Durante o período eleitoral (compreendendo-se como tal o do início da propaganda gratuita até o dia da realização das respectivas eleições, inclusive), as reuniões ordinárias terão início às 14 horas (quatorze horas). **(Redação dada pela Resolução nº 263, de 25 de agosto de 1998).**

Art. 27 - As reuniões extraordinárias, que serão diurnas ou noturnas, podendo realizar-se em qualquer dia, mesmo nos das ordinárias, antes ou depois destas.

§ 1º - a convocação das reuniões extraordinárias, que será feita pelo Presidente da Câmara, ou por solicitação do Prefeito, ou pela maioria dos Vereadores, determinará o dia, hora e a ordem dos trabalhos, e será divulgada em reunião ou por comunicação individual com antecedência mínima de 24 (vinte e quatro) horas.

§ 2º - Nas reuniões extraordinárias, não poderá ser tratado assunto estranho ao que tiver sido determinado na convocação.

Art. 28 - As reuniões extraordinárias, de caráter solene, realizar-se-ão em qualquer dia e horário, e serão convocadas pelo Presidente da Câmara.

Art. 29 - Na última reunião de cada legislatura o Presidente suspenderá o trabalho por alguns instantes, até que seja redigido a Ata para ser discutida e aprovada na mesma reunião.

## **SESSÃO I**

### **DA ORDEM DOS TRABALHOS NAS REUNIÕES**

Art. 30 - As reuniões serão divididas em 3 (três) partes, a saber:

- a) pequeno expediente
- b) grande expediente
- c) ordem do dia

Art. 31 - A Câmara só poderá realizar as suas reuniões com a presença, pelo menos, de metade e mais um dos seus membros.

Art. 32 - Na hora certa de ter início a reunião, o Presidente, Secretário e demais Vereadores tomarão seus lugares. O Secretário fará a chamada, a que os Vereadores deverão responder, e tomar notas dos presentes e ausentes para fazer constar na Ata.

§ 1º - se estiver presente a maioria dos Vereadores, o Presidente abrirá a reunião.

§ 2º - se até 14 minutos depois da hora designada para a abertura, não se achar presente o número legal de Vereadores, far-se-á a chamada e logo após, proceder-se-á o pequeno expediente e se feito isto, ainda não houver número, o Presidente



anunciará que não se realizará a reunião.

§ 3º - na Ata do dia em que não houver reunião, far-se-á referência aos fatos que se verificarem, declarando-se nela os nomes dos Vereadores presentes e dos que deixaram de comparecer.

## **SESSÃO II**

### ***DO PEQUENO EXPEDIENTE***

Art. 33 - O pequeno expediente terá início com a leitura do texto bíblico, seguindo-se com a leitura da Ata da reunião anterior e de toda correspondência recebida.

Art. 34 - O Secretário fará a leitura da Ata da reunião anterior, a qual será posta em discussão e, se não for impugnada, considerar-se-á aprovada, independentemente de votação.

§ 1º - se algum Vereador notar inexatidão ou omissão, solicitará explicações ao Secretário, fazendo-se a necessária retificação de Ata, desde que procedente a reclamação.

§ 2º - a requerimento verbal de qualquer Vereador, e desde que aprovado pela maioria simples do Plenário, poderá ser dispensada a leitura da Ata.

Art. 35 - As Atas deverão conter a descrição resumida dos trabalhos da Câmara durante cada reunião e serão sempre assinadas pela Mesa e demais Vereadores presentes, logo depois de aprovada.

Parágrafo Único - se na reunião em que for aprovada a Ata faltar algum dos Vereadores que tomaram parte na sessão antecedente, será sua assinatura suprida, declarado presente pelo Secretário.

Art. 36 - O pequeno expediente não deverá exceder a 1 (uma) hora de duração, exceto circunstâncias que justifiquem a sua prorrogação.

## **SESSÃO III**

### ***DO GRANDE EXPEDIENTE***

Art. 37 - Terminado o pequeno expediente proceder-se-á ao grande expediente, onde cada Vereador poderá, se assim o quiser, usar da palavra na tribuna por até 15 (quinze) minutos.

Art. 38 - O grande expediente destinar-se-á à apresentação, pelos Vereadores, de requerimentos, indicações, moções, projetos de lei e projetos de resolução, bem como à leitura dos pareceres das comissões.

Art. 39 - O grande expediente não deverá exceder a 2 (duas) horas, findo o qual se passará à ordem do dia.

Parágrafo Único - a requerimento verbal ou escrito, de qualquer Vereador, e

por deliberação do Plenário poderá ser prorrogado o tempo destinado ao grande expediente, por espaço não excedente de meia hora.

Art. 40 - As proposições que se acharem sobre a mesa, que não puderem ser lidas no mesmo dia, ficarão reservadas para a sessão seguinte, na qual terão preferência sobre as novas oferecidas.

Art. 41 - A ordem estabelecida no artigo anterior e a que tiver sido dada pelo Presidente para discussão do dia, não poderá ser alterada, senão nos casos de urgência ou adiamento.

#### **SESSÃO IV**

##### **DA ORDEM DO DIA**

Art. 42 - As proposições sujeitas a exame das comissões serão incluídas na ordem do dia após a leitura do parecer, podendo sê-lo entretanto, independente dessa leitura por deliberação da Câmara, a requerimento de qualquer Vereador, se passados oito dias, sem apresentação de parecer ou prorrogado por uma única vez por igual tempo.

Art. 43 - Todos os projetos de lei ou de resolução e os pareceres das comissões só entrarão na ordem do dia uma vez dados a conhecimento da Casa.

Art. 44 - Anunciada a discussão de qualquer matéria constante da ordem do dia, o Secretário procederá à sua leitura antes dos debates.

Art. 45 - Poderão ser verbais e independentem de discussão, e serão aprovados pela maioria dos Vereadores presentes, os requerimentos que versarem sobre:

- I - inserção, em Ata, de moções;
- II - levantamento da reunião por motivo de pesar;
- III - prorrogação de prazo para apresentação de parecer;
- IV - requerimento de formação de comissões especiais.

Parágrafo Único - Os votos de pesar só serão admitidos por falecimento de membros dos três poderes e cidadãos de relevantes méritos.

Art. 46 - Serão verbais, só podendo ser aprovados por maioria absoluta, além dos outros previstos no Regimento Interno, os requerimentos de:

I - dispensa de interstício para inclusão de determinada proposição na ordem do dia.

II - retirada de proposição a que tenha sido dado parecer favorável, bem como os substitutivos, emendas, ou subemendas que estiverem nas mesmas condições.

III - destaque de emendas aprovadas em primeira ou segunda discussão, para constituir projeto separado, ou de dispositivo de um projeto para efeito de votação.

IV - reconsideração do ato da Mesa recusando emenda.

Art. 47 - Os requerimentos e as indicações não resolvidas na reunião legislativa em que tenham sido apresentados ficarão prejudicados, sendo os mesmos incluídos, preferencialmente, na reunião seguinte.

Art. 48 - O requerimento de prorrogação da ordem do dia será escrito ou verbal; cabendo discussão, e obterá aprovação com o voto da maioria simples.

Art. 49 - Na primeira e na segunda discussão de todos os projetos e emendas apresentadas serão submetidas às respectivas comissões para parecer.

§ 1º - apresentado o parecer da comissão, será dado para a ordem do dia, em discussão única não podendo ser apresentadas novas emendas que não sejam de simples redação.

§ 2º - se o assunto for considerado de urgência , por deliberação da Câmara, será dispensada a remessa das emendas à comissão, que dará seu parecer verbal imediatamente.

§ 3º - o Vereador que quiser propor urgência usará da forma: - “peço a palavra para assunto urgente”, e se o Plenário a conceder, por meio de votação, ser-lhe-á permitido fazer exposição da matéria que tenha de tratar; caso o Plenário entenda que o assunto é de tal importância, que não pode ser protelado, permitirá, a requerimento do orador, ou de qualquer outro Vereador, que se amplie a urgência até final da discussão e votação.

§ 4º - o adiamento pode ser proposto por qualquer Vereador quando estiver usando da palavra na tribuna ou pela ordem, seja qual for o assunto de que se tratar, achando-se o projeto em primeira discussão.

§ 5º - rejeitado o adiamento, não poderá ser reproduzido, ainda que por outra forma prosseguindo-se na discussão interrompida.

Art. 50 - Também, poderá por alguns instantes, ser interrompida a ordem dos trabalhos, quando algum Vereador pedir a palavra “pela ordem”, nos casos previstos nos incisos do artigo 48 deste Regimento Interno e nos seguintes casos:

- I - para lembrar o melhor método a seguir ao encetar-se qualquer discussão;
- II - para melhor estabelecer o ponto da votação, ou pedir discriminação de partes;
- III - para reclamar contra infração do Regimento;
- IV - para notar qualquer irregularidade nos trabalhos;
- V - para rápida explicação pessoal ou declaração de voto;
- VI - pedido de adiantamento de votação de urgência;
- VII - para encaminhamentos de pareceres e documentos.

Art. 51 - Todas as questões de ordem que forem solicitada, durante a reunião de cada dia, serão resolvidas pelo Presidente com recurso para o Plenário, a requerimento

de qualquer Vereador.

Art. 52 - No momento em que o Presidente anunciar a ordem do dia seguinte, poderá qualquer Vereador lembrar alguma matéria que lhe pareça conveniente fazer parte dela, devendo o Presidente atender, sempre assim que julgar razoável.

Art. 53 - O Presidente, na seleção das matérias para discussão, observará, em geral, a ordem de precedência, mas esta poderá ser preterida, de acordo com a urgência, e importância das matérias sujeitas à deliberação da Câmara.

Art. 54 - Nenhum Vereador poderá falar sem que seja concedida a palavra pelo Presidente.

Parágrafo Único - o discurso de Vereador deve ser dirigido à Mesa e ao Plenário.

Art. 55 - A palavra será dada ao Vereador que primeiro a tiver solicitado, cabendo ao Presidente regular a precedência, quando muitos a pedirem ao mesmo tempo.

## **CAPÍTULO V**

### ***DAS COMISSÕES***

Art. 56 - A Câmara, em seguida à constituição da Mesa e posteriormente a cada ano, elegerá as seguintes comissões, compostas cada um de três Vereadores, observadas, tanto quanto possível, a representação proporcional dos partidos ou dos blocos parlamentares:

- ~~I - de finanças, justiça e legislação;~~
- ~~II - de serviços urbanos e obras públicas;~~
- ~~III - de agricultura, indústria e comércio;~~
- ~~IV - de educação e saúde;~~
- ~~V - de planejamento e meio ambiente;~~
- ~~VI - de esporte, turismo e lazer;~~
- ~~VII - Comissão de Direitos Humanos (**Redação dada pela Resolução nº 248, de 17 de junho de 1.997**).~~

I - de finanças, justiça e legislação;

II - de serviços urbanos, obras públicas, agricultura, indústria e comércio, planejamento e meio ambiente;

III - de educação, saúde, esporte, turismo, lazer e direitos humanos (**Redação dada pela Resolução nº 344, de 01 de fevereiro de 2005**).

§ 1º - é permitido ao Vereador fazer parte de mais de uma comissão.

§ 2º - durante o recesso, a Câmara manterá uma comissão especial que terá por objetivo dirigir os trabalhos da Casa, sendo seus membros eleitos na última reunião de cada período da sessão legislativa ordinária e dela fará parte o Presidente da Câmara presidindo-a.

Art. 57 - Às comissões, em função de seu objeto, cabe:

- a) emitir parecer sobre as questões que lhe tenham sido encaminhadas;
- b) realizar audiência pública com entidades da comunidade;
- c) realizar audiência pública em regiões do município, para subsidiar o processo legislativo;
- d) convocar auxiliar direto do Prefeito ou dirigente de entidade de administração indireta para prestar pessoalmente, informações sobre assunto previamente determinado constante da convocação, sob pena de responsabilidade.
- e) convocar qualquer outra autoridade ou servidor público municipal, para prestar informação sobre assunto inerente às suas atribuições, constituindo infração administrativa a recusa ou o não atendimento, no prazo de quinze dias;
- f) receber petição, reclamação, representação ou queixa de qualquer pessoa contra ato ou omissão de autoridade ou entidade pública municipal;
- g) convidar qualquer cidadão ou autoridade não municipal para prestar informações;
- h) apreciar plano de desenvolvimento e programa de obras do Município;
- i) acompanhar a implantação dos planos e programas de que trata o inciso anterior e fiscalizar a aplicação dos recursos municipais nelas investidos.

Art. 58 - Além das comissões permanentes, a Câmara poderá criar comissões parlamentares de inquérito, sempre que as circunstâncias o exigirem.

Parágrafo Único - resolução posterior, observado o § 3º do artigo 40 da Lei Orgânica, disciplinará os poderes e funcionamento da Comissão Parlamentar de Inquérito.

Art. 59 - Em regra, matéria alguma será objeto de discussão da Câmara, sem que antes seja encaminhada à Comissão competente, para ela emitir parecer.

Parágrafo Único - Os pareceres das comissões, sobre qualquer projeto, indicação ou requerimento, serão submetidos à discussão e decisão do Plenário.

Art. 60 - A comissão a que for enviada a matéria, emitirá parecer por escrito, devidamente fundamentado e em separado, e deverão ser emitidos explicitamente sobre a conveniência de aprovação, rejeição ou adiamento da matéria a que se refere, e acompanhadas, desde logo, das emendas julgadas necessárias.

Parágrafo Único - o parecer será assinado por todos os membros da comissão, ou pelo menos pela maioria da comissão, sem o que não poderá ser lido na sessão.



Art. 61 - Se faltar algum dos eleitos ou nomeados para qualquer comissão, o Presidente da Câmara nomeará Vereador que o substitua, durante a ausência ou impedimento e, no caso de vaga, proceder-se-á eleição para o tempo que faltar o substituto.

Parágrafo único - Se o autor da matéria for membro da Comissão a que esta for destinada, será o mesmo substituído por indicação do Presidente da Câmara.

Art. 62 - As comissões servirão em todas as reuniões do ano até a primeira reunião ordinária do ano seguinte, na qual serão reformuladas ou substituídos os seus membros.

Art. 63 - A eleição dos membros das comissões permanentes dar-se-á por escrutínio secreto, decidindo-se por maioria simples e, em caso de empate, a favor do mais idoso.

Parágrafo Único - cada comissão elegerá seu Presidente.

Art. 64 - Em se tratando de Projeto de Lei ou de Resolução, no mínimo 2 (duas) comissões serão ouvidas, sendo audiência sucessiva e não simultânea.

## **CAPÍTULO VI**

### **DO PROCESSO LEGISLATIVO**

#### **SESSÃO I**

#### **DOS PROJETOS DE LEIS E RESOLUÇÕES**

Art. 65 - A iniciativa de lei cabe a qualquer Vereador ou comissão da Câmara, ao Prefeito e aos eleitores do Município.

Art. 66 - Nenhum projeto de lei ou resolução será admitido, se não versar sobre assunto de competência da Câmara.

Art. 67 - Os projetos devem ser escritos em artigos concisos, numerados, concebidos nos mesmos termos em que tenham de ficar como lei e assinados por seus autores.

Art. 68 - Os projetos devem conter simplesmente a enunciação de seu objetivo, sem razões justificativas; contudo, poderá o autor motivar, por escrito, separadamente, a sua proposição, quando não queira fazê-lo verbalmente.

Art. 69 - Nenhum projeto poderá conter em cada um dos seus artigos, duas ou mais proposições independentes ou contraditórias, nem expressões ofensivas ou desabonadoras.

Art. 70 - Os projetos serão lidos pelo Secretário; após a leitura de cada um, o Presidente consultará o Plenário sobre a conveniência de o mesmo ser objeto de deliberação, para ser votado sem que se proceda discussão.

Art. 71 - O original de projeto de Lei e Resolução será arquivado na Secretaria da Câmara, e sua tramitação dar-se-á mediante cópia repográfica.

Art. 72 - A comissão a que for destinado o projeto poderá propor as emendas que julgar necessárias, ou sua total rejeição.

Art. 73 - Caso a comissão necessite de informações, sobre a matéria do projeto, poderá requisitá-las a quem de direito, por intermédio do Presidente da Câmara.

Art. 74 - O projeto sobre o qual a comissão não der parecer dentro de oito dias, poderá entrar na ordem dos trabalhos, se assim for requerido por qualquer Vereador e resolvido pelo Plenário.

Parágrafo Único - Qualquer dos Vereadores, membro da Comissão, comprovando a necessidade, dado a complexidade e importância do projeto, poderá solicitar prorrogação de prazo ao Plenário.

Art. 75 - Os projetos apresentados pelas comissões, nos assuntos de sua competência, serão objetos de deliberação, independente de parecer.

Art. 76 - São de iniciativa exclusiva do Prefeito, entre outros, os projetos de leis que versem sobre:

a) a criação, transformação ou extinção dos cargos e funções públicas, bem como a fixação da respectiva remuneração, observados os parâmetros da lei de diretrizes orçamentárias;

b) o regime jurídico único e o plano de carreira dos servidores públicos do Poder Executivo, Autarquias e Fundações Públicas;

c) o quadro de empregos das empresas públicas, sociedades de economia mista e demais entidades sob controle direto ou indireto do Município;

d) a criação, estruturação e extinção de órgãos, na Prefeitura e em entidade de administração indireta;

e) a organização da guarda municipal;

f) os planos plurianuais;

g) as diretrizes orçamentárias;

h) os orçamentos anuais;

i) a matéria tributária que implique redução da receita tributária;

j) os créditos especiais.

Art. 77 - A iniciativa popular de lei de interesse específico do Município, da cidade ou de bairro exprime-se na apresentação à Câmara de proposta subscrita por, no mínimo, cinco por cento do eleitorado municipal apurado nas últimas eleições.

Art. 78 - Não será admitida emenda que aumente a despesa prevista nos projetos de lei de iniciativa exclusiva do Prefeito, ressalvada a comprovação de existência de receita e o disposto no art. 110, § 2º - da Lei Orgânica.

Art. 79 - O Projeto de Lei de iniciativa popular, cumprido o artigo 46 da Lei Orgânica terá sua tramitação de acordo com o capítulo VI deste Regimento.

Art. 80 - O Prefeito poderá solicitar urgência para a apreciação de projeto de lei de sua iniciativa.

§ 1º - se a Câmara não se manifestar, em até quarenta e cinco dias, sobre o projeto, será ele incluído na ordem do dia, sobrestando-se a deliberação sobre os demais assuntos, para que se ultime a votação.

§ 2º - o prazo do parágrafo anterior não corre em período de recesso da Câmara, nem se aplica a Projeto de Código ou lei estatutária.

## **SESSÃO II**

### ***DOS PROJETOS VETADOS***

Art. 81 - A Câmara, dentro de trinta dias contados do recebimento da comunicação do veto, sobre ele decidirá, em escrutínio secreto, e sua rejeição somente ocorrerá pelo voto da maioria de seus membros.

§ 1º - esgotado o prazo, estabelecido no "caput" deste artigo, sem deliberação, o veto será incluído na ordem do dia da reunião imediata, sobrestadas as demais proposições, até sua votação final, ressalvada a matéria de que trata o § 2º do artigo 80 deste regimento.

§ 2º - se o veto não for mantido, será a proposição de lei enviada ao Prefeito para promulgação.

§ 3º - se, decorrido o prazo legal, o Prefeito não sancionar a lei, ou ocorrendo a hipótese prevista no § 1º deste artigo, o Presidente da Câmara a promulgará, e, se este não o fizer em igual prazo, caberá ao Vice-Presidente fazê-lo.

§ 4º - toda matéria vetada será distribuída a uma comissão de três membros, para isso eleita pela Presidência da Câmara, que sobre ela emitirá parecer num prazo improrrogável de 8 (oito) dias.

Art. 82 - A matéria vetada passará somente por uma discussão e votação.

## **SESSÃO III**

### ***DAS DISCUSSÕES***

Art. 83 - Nenhum projeto poderá ser posto em discussão, sem que tenha sido dado para ordem do dia com 24 horas de antecedência, pelo menos, depois de emitido o parecer da comissão competente.

Parágrafo Único - dos projetos e pareceres fornecerá a Secretária cópia aos Vereadores dentro do interstício estabelecido neste artigo.

Art. 84 - Passarão obrigatoriamente por três discussões e votações os projetos que tiverem por objeto: Matéria Orçamentária, Tributação, Posturas Municipais,

Contas do Prefeito, Perdão de Dívida Ativa, moratória para pagamento das dívidas fiscais, anexação do município, outras concessões de favores e privilégios, venda, doação ou permuta de imóveis.

Art. 85 - Na primeira discussão, que versará sobre o projeto e pareceres das comissões, poderão ser apresentadas emendas aditivas, modificativas e supressivas e os substitutivos que tenham imediata relação com a matéria do projeto, sendo a votação deste e das emendas feitas em separado.

Art. 86 - Na segunda discussão, só serão permitidas emendas de simples redação, discutir-se-á em globo o projeto, com as emendas e substitutivos que tiverem sido aprovados em primeira votação, assim como os pareceres, devendo a votação ser feita separado.

Art. 87 - A matéria constante do projeto rejeitado somente poderá constituir objeto de novo projeto, na mesma sessão legislativa, mediante proposta da maioria dos membros da Câmara.

Parágrafo Único - se o projeto for rejeitado em primeira e segunda votação, será arquivado na Secretaria da Câmara.

Art. 88 - Aprovado o projeto em segunda votação, com alteração ou sem elas, será, no caso do artigo 86 deste Regimento, destinado à secretaria para redação final, de onde voltará ao Plenário para terceira discussão e votação.

Art. 89 - Os requerimentos, representações e moções passarão por uma comissão, e ficarão sujeitos a uma única discussão e votação imediata, a menos que, pela natureza do assunto, a pedido do seu autor, dependa de parecer de alguma comissão, ou de informações.

Art. 90 - No início de qualquer discussão, o Vereador poderá pedir a palavra pela ordem, para propor o melhor modo de encaminhamento dos trabalhos, o mesmo se permitindo no final das discussões quanto ao método da votação.

Art. 91 - Nenhum discurso poderá durar mais de 15 minutos de tempo destinado ao grande expediente, ou mais de meia hora, em se tratando de matéria de debate, podendo a Presidência da Mesa conceder prorrogação, se for requerida.

Art. 92 - Aprovado o projeto em sua última discussão, conforme a exigência regimental, serão extraídas 4 (quatro) vias do mesmo, assinadas pela Mesa, sendo a primeira remetida ao Prefeito para fins legais, a segunda para ser arquivada na Secretaria da Câmara, a terceira para o Vereador autor do projeto e a quarta para publicação de interesse da Câmara.

#### **SESSÃO IV**

#### ***DAS VOTAÇÕES E DO “QUORUM” PARA AS DELIBERAÇÕES***

Art. 93 - As deliberações da Câmara serão tomadas por maioria de votos, presente mais da metade dos Vereadores, assegurada a prioridade de votação as matérias cuja discussão tiver ficado encerrada na reunião anterior.

§ 1º - A maioria de votos de que trata este artigo será qualificada, nos

termos seguintes:

I - Depende de voto de dois terços dos membros da Câmara a aprovação dos projetos que versem sobre:

- a) emenda à Lei Orgânica;
- b) concessão de serviços públicos;
- c) concessão de direito real de uso de bem imóvel;
- d) alienação de bem imóvel;
- e) aquisição de bem imóvel por doação com encargo;
- f) outorga de título e honraria;
- g) contratação de empréstimo de entidade privada;
- h) cassação de mandato do Vereador, Prefeito e Vice-Prefeito;
- i) anistia fiscal;
- j) perdão de dívida ativa, somente administrativa nos casos de calamidade, comprovada pobreza de contribuinte e de instituições legalmente reconhecidas como de utilidade pública;
- l) aprovação de empréstimo, operação de crédito e acordo externo, de qualquer natureza, dependente de autorização do Senado Federal;
- m) modificação de denominação de logradouro público com mais de dez anos;
- n) designação de outro local para reunião da Câmara;
- o) destituição de membro da Mesa Diretora;
- p) sustação de ato normativo do Poder Executivo.

II - A aprovação pela maioria absoluta dos membros da Câmara será exigida quando se tratar de projetos que versem sobre:

- a) plano diretor;
- b) aprovação e modificação do Regimento Interno;
- c) codificação, em matéria de obras e edificações, tributárias e demais posturas que envolvem o exercício de político-administrativo local, incluído o zoneamento e o parcelamento do solo;
- d) regime jurídico único e estatuto dos servidores;
- e) eleição dos membros da Mesa, em primeiro escrutínio;



- f) renovação, na mesma sessão legislativa, de projeto de lei rejeitado;
- g) convocação de auxiliar direto do Prefeito, para prestar informações;
- h) criação de comissão de inquérito;
- i) aprovação de relatório dos comissões.

§ 2º - A votação de que trata a alínea "i" do inciso I será sempre em aberto.

Art. 94 - A falta de número para as votações que se forem seguindo não prejudicará a discussão das matérias, que tiverem sido dadas para a ordem do dia.

Art. 95 - Se no decorrer das discussões, não houver Vereador com a palavra, ou se não estiver na Casa algum dos que a tiver pedido, o Presidente declarará encerrada a discussão da matéria de que se tratar e a porá em votação.

Art. 96 - Sempre que deixar de proceder a qualquer votação, por não se achar presente número legal de Vereadores, proceder-se-á nova chamada, mencionando-se na Ata os nomes dos que houverem retirado com causa particular ou sem ela.

Art. 97 - A votação pode ser feita por três modos:

I - Pelo método simbólico, nos casos ordinários.

II - Pelo método nominal, nos assuntos determinados em Resolução da Mesa.

~~III - Por escrutínio secreto, nas eleições, na outorga de título e honraria e nos assuntos determinados pelo Plenário, desde que aprovado pela maioria absoluta de seus membros.~~

III - Revogado. **(Redação dada pela Resolução nº 313, de 28 de agosto de 2001).**

Art. 98 - O método simbólico praticar-se-á dizendo o Presidente:

"Os vereadores que aprovam queiram conservar-se sentados."

Art. 99 - Determinada a votação nominal o Secretário, pela lista geral fará a chamada de cada um dos Vereadores e organizará duas relações: uma com o nome dos que votarem, sim, e outra com os nomes dos que votaram, não.

~~Art. 100 - Os escrutínios secretos serão feitos por meio de cédulas escritas, sendo estas lançadas pelos Vereadores em uma urna sobre a mesa, a medida que esses forem sendo chamados pelo Secretário.~~

Art. 100 - Revogado. **(Redação dada pela Resolução Nº 313, de 28 de agosto de 2001).**

~~Art. 101 - Nas deliberações da Câmara, o Presidente não terá direito a voto, senão o de qualidade, nos casos de empate; e nas eleições e nos escrutínios secretos, terá apenas o direito de voto simples.~~

Art. 101 - Nas deliberações da Câmara, o Presidente somente terá direito a

voto, nos seguintes casos:

- I – no de qualidade, em caso de empate na votação;
- II – nas eleições para a escolha dos membros das comissões;
- III – nas eleições para a escolha dos membros da Mesa Diretora;
- IV – quando se exigir, para a aprovação dos projetos, o quorum qualificado de 2/3 (dois terços) dos membros da Câmara.

Parágrafo único – Nos casos em que o Presidente da Câmara tem direito a voto, poderá ele participar das discussões dos Projetos. **(Redação dada pela Resolução 313, de 28 de agosto de 2001).**

Art. 102 - É vedado ao Vereador apresentar proposição de caráter pessoal e votar em assunto de seu particular interesse, ou de seus ascendentes, descendentes, cônjuge e parentes colaterais até o terceiro grau e afins, bem como excusar-se de votar nos demais casos, salvo declarando-se motivadamente suspeito.

Art. 103 - Nenhum Vereador poderá protestar verbalmente ou por escrito, sob pena de cassação de mandato, observado o procedimento previsto no artigo 33 da Lei Orgânica, contra a decisão da maioria do Plenário da Câmara, sendo-lhe facultado, porém, inserir em Ata a sua declaração de voto, apresentando-a na mesma reunião, em que se deu a decisão, com exposição de motivos ou sem ela.

~~Art. 104 - Qualquer que seja o método da votação, salvo disposto no parágrafo único deste artigo, ao Secretário compete o resultado e ao Presidente anunciá-lo.~~

Art. 104 - Qualquer que seja o método da votação, ao Secretário compete o resultado e ao Presidente anunciá-lo. **(Redação dada pela Resolução nº 313, de 28 de agosto de 2001).**

~~Parágrafo Único - Nas votações secretas o Presidente da Câmara nomeará uma comissão composta de 3 (três) Vereadores a quem competirá a apuração.~~

Parágrafo Único – Revogado **(Redação dada pela Resolução nº 313, de 28 de agosto de 2001).**

Art. 105 - A solução das deliberações do Plenário, logo que concluídas, serão lançadas pelo Presidente nos respectivos papéis com a sua rubrica.

## **SESSÃO V**

### **DAS INDICAÇÕES, REPRESENTAÇÕES E REQUERIMENTOS**

Art. 106 - Como os projetos de lei ou resolução, as indicações, representações ou requerimento só serão admitidos quando versarem assunto da competência da Câmara Municipal.

Art. 107 - São requerimentos, ainda que outra definição se lhe dê, todas aquelas moções ou propostas que tiverem por fim a promoção de algum objeto de simples expediente como informações, dispensa de trabalhos especiais e das comissões, aumento ou prorrogação das horas da reunião, ou alguma providência que as circunstâncias tornarem necessárias sobre o planejamento de simples economia da Câmara.

Art. 108 - As indicações e requerimentos só poderão ser feitos por Vereadores presentes à reunião por eles assinados, sendo remetidos, independentemente de votação, à comissão ou ao Prefeito, de acordo, com os termos dos mesmos.

Art. 109 - Se a indicação for no sentido de se estudar determinado assunto para convertê-lo em projeto de lei, e opinando a comissão à qual foi enviado em sentido contrário, com a aprovação do Plenário estará rejeitada a indicação.

Art. 110 - Se porém, a Câmara não aprovar o parecer na hipótese do artigo antecedente, é lícito ao autor da indicação ou a qualquer Vereador, oferecer projeto a respeito, que terá andamento, não obstante o parecer contrário, se for considerado objeto de deliberação.

## **SESSÃO VI**

### **DA POLÍCIA DAS SESSÕES**

Art. 111 - Aos Vereadores é proibido usar de expressões ofensivas ou desrespeitadoras e, por qualquer modo, perturbar a ordem dos trabalhos, sob pena de ser advertido pelo Presidente.

Art. 112 - São permitidos os apartes aos oradores, desde que, quando por estes concedidos, não impeçam o prosseguimento da argumentação ou exposição de fatos.

Art. 113 - Todos poderão assistir as reuniões desde que observem o necessário decoro.

Art. 114 - Se o Presidente infringir qualquer dispositivo regimental, será lícito a qualquer Vereador ler o artigo do regimento e a exigir-lhe acatar a notificação.

Parágrafo Único - Se, por sua vez, o Presidente não atender a observação poderá o Vereador requerer justificadamente a suspensão da reunião, cujo pedido será votado sem debate, encerrando-se automaticamente os trabalhos, se aprovados.

Art. 115 - Todas as questões de ordem serão decididas pelo Presidente, com recurso imediato para o Plenário, caso algum Vereador não se conforme com a decisão.

Art. 116 - A Mesa da Câmara poderá requisitar, o auxílio da Polícia Militar, quando entender necessário, para assegurar a ordem no recinto das reuniões.

## **SESSÃO VII**

### **DA SANÇÃO, PROMULGAÇÃO E PUBLICAÇÃO DAS LEIS OU RESOLUÇÕES**

Art. 117 - Aprovado um projeto de lei, a Câmara o enviará ao Prefeito para a sanção e a fórmula será a seguinte:

~~“A Câmara Municipal de Araxá, com a Graça de Deus, decreta e eu Prefeito sanciono e promulgo a seguinte lei.”~~

~~“A Câmara Municipal de Araxá, com a Graça de Deus, aprova e eu Prefeito~~

~~sanciono e promulgo a seguinte lei.” (Redação dada pela Resolução nº 242 de 11 de março de 1997).~~

A Câmara Municipal de Araxá, por iniciativa do Vereador (nome do vereador), com a Graça de Deus, aprova e eu Prefeito sanciono e promulgo a seguinte lei.

**Parágrafo único** – Quando o Projeto de Lei for de iniciativa do Executivo, a fórmula será a seguinte:

A Câmara Municipal de Araxá, com a Graça de Deus aprova, e eu Prefeito sanciono e promulgo a seguinte Lei. **(Redação dada pela Resolução nº 349 de 17 de novembro de 2005).**

Art. 118 - As Resoluções de competência específica da Câmara serão promulgadas pela Mesa.

Parágrafo Único - Nenhuma Resolução será obrigatória senão depois de publicada em local próprio da Câmara.

Art. 119 - Serão registrados, em livro competente, os originais das Leis e Resoluções, remetendo-se ao Prefeito, para fins indicados cópia autenticada pela Mesa.

## **CAPÍTULO VII**

### **DA CORRESPONDÊNCIA OFICIAL**

Art. 120 - As representações da Câmara, dirigidas aos Poderes do Estado ou da União, serão assinadas pela Mesa e os papéis do seu expediente, pelo Presidente, que se corresponderá com o Prefeito, por meio de ofício.

Art. 121 - Os atos do Presidente, relativamente ao funcionamento dos serviços da Câmara, serão expedidos por meio de Portaria.

Art. 122 - Nenhuma representação ou ofício, que tenha de ser assinado pela Câmara será expedido sem que tenha sido redigido pela Mesa ou alguma comissão, que o apresentará, em forma de parecer, para ser discutido e votado em sessão, independentemente de inclusão na ordem do dia.